

X Seminário de Educação de Jovens e Adultos

Em defesa dos direitos educativos de Jovens e Adultos

Dialogando com o tema geral do 16º COLE “Há muitas armadilhas no mundo e é preciso quebrá-las”, o X Seminário de EJA realizado por Ação Educativa, teve como eixo central a discussão sobre os Direitos Educativos de Jovens e Adultos. Partiu-se do pressuposto de que a educação é um direito humano inalienável, o que significa dizer que, sem ela, o ser humano não se realiza enquanto tal em sua plenitude, especialmente nas modernas sociedades urbanas marcadas pela cultura escrita.

Nas mesas redondas e de comunicações de experiências, os cerca de 300 participantes, debateram e apresentaram experiências que não só tratavam dos avanços e desafios enfrentados para se garantir o acesso e permanência nos sistemas públicos de ensino, mas também deram visibilidade a propostas educativas comprometidas com uma EJA de qualidade. Outro foco importante foi a discussão sobre a necessidade de desenvolver oportunidades educativas que permitam enriquecer práticas de leitura e escrita, ampliando visões de mundo e alcançando melhor inserção em práticas sociais mediadas pela cultura escrita.

A mesa de abertura teve como tema “Direitos Educativos e a EJA no Brasil” e contou com a participação do Prof. Dr. Timothy D. Ireland, membro da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad, do Ministério da Educação, e do Prof. Dr. Romualdo Portela Oliveira, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

O debate ressaltou a importância do debate sobre a inserção dos direitos educativos numa situação mundial marcada pela tendência à redução de direitos, com destaque para as premissas consideradas essenciais para a política de educação de jovens e adultos. Enfatizou-se também o fato do Brasil ser signatário de uma série de declarações internacionais sobre educação, o que é condição necessária e suficiente para provocar ações na justiça para o atendimento de direitos educativos. Apesar dos esforços de diferentes esferas e atores, ainda é necessário formular e implementar políticas públicas continuadas que atendam às necessidades e interesses do público jovem e adulto no Brasil.

Nos dois primeiros dias ocorreram as sessões de comunicação. Ao todo foram 14 sessões com 120 relatos de práticas e pesquisas oriundas de várias regiões do país e que tratavam de diversos aspectos da EJA: história, movimentos, ensino e aprendizagem, programas de inclusão, alfabetização, práticas de leitura e escrita e formação de educadores. Chamou a atenção o significativo número de experiências e pesquisas versando sobre diferentes dimensões do letramento na EJA, assim como projetos de inclusão social de parcelas historicamente excluídas dos direitos educativos, caso da educação de jovens e adultos em presídios.

A mesa de encerramento teve a participação do assessor da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Cláudio Bazzoni, e de Márcia Rodrigues de Souza Mendonça, docente do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Com o tema “Práticas de Leitura e Cidadania”, os convidados trataram da importância da leitura nas salas de EJA: Bazzoni, destacando o papel do livro e do texto literário, e Márcia, sobre a leitura como forma de acesso ao mundo da ciência.

Três eixos orientaram os debates:

Direitos educativos:

- Reafirmação da educação como um direito humano, que potencializa o exercício de outros direitos;
- Necessidade de expandir e consolidar políticas públicas para a EJA em suas diferentes modalidades internas (cursos regulares, programas de alfabetização, educação no campo, educação nos sistemas prisionais, quilombos, comunidades indígenas, etc), valorizando profissionais da educação e qualificando o atendimento.
- Romper as armadilhas da imposição de um currículo padrão e homogeneizante, ao invés de currículos flexíveis adaptados às realidades e que valorizem as diversidades;
- Valorização da EJA no sentido amplo: educação para todos, continuada e ao longo da vida – para além dos muros da escola;
- Valorização das experiências educativas não formais e informais em EJA levadas à frente por movimentos sociais e instituições da sociedade civil organizada;
- Consolidar a posição e a importância da EJA como modalidade no núcleo duro das políticas públicas voltadas à educação básica;
- Avanços no marcos legais e pedagógicos ainda não se transformaram em políticas públicas de forma plena, embora tenham contribuído para a superação do paradigma compensatório.
- Lutar para a melhoria do atendimento e pela educação de qualidade do ensino na EJA.

Papel dos professores:

- Reafirmação dos fóruns de EJA e outras instâncias organizativas como importantes espaços formativos;
- Formação do professores leitor como foco de atenção;

- Valorizar, instituir, sistematizar experiências inovadoras e boas práticas na EJA destacando a escola como importante espaço de reflexão.
- Autonomia na educação não deve ser confundida com a delegação de responsabilidades e atribuições.

Leitura, produção de textos e oralidade:

- Resgate da cidadania por meio do acesso aos livros e à leitura;
- Reafirmação da escola como espaço fundamental para a leitura, escrita e seus usos.
- Lutar pela constituição de acessos literários na EJA com livros que contemplam a diversidade de gêneros, autores clássicos e contemporâneos, estilos literários, acompanhamentos de subsídios pedagógicos, recursos humanos e metodologias de implementação de círculos de leitura nas escolas.

Roberto Giansanti

Coordenador do X Seminário de EJA –

Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação